





**LÍNGUA PORTUGUESA****QUESTÕES DE 1 A 15**

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

**AS QUESTÕES DE 1 A 14 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO****TEXTO**

1 Austeridade ou o caos. Esse tem sido o tom do debate público nacional. Como se austeridade fosse ato  
2 heroico cuja alternativa é o inominável. Austero, etimologicamente, é qualidade de seco, amargo ou rude, sabores  
3 que produzem sensação desagradável. Em associação com o ascetismo filosófico, austeridade ganha tons mais  
4 respeitáveis, quando se refere a formas de vida que rejeitam prazeres mundanos em favor de prazeres espirituais.  
5 No limite, contudo, pode levar à automortificação ritual, renúncia severa ao que ordinariamente entendemos como  
6 a vida e seus prazeres. Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como  
7 horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica. A palavra chave é  
8 viabilidade.

9 Realizações pessoais ou coletivas, como vida saudável, conhecimento, expressão cultural, segurança,  
10 mobilidade, foram apropriadamente convertidas em direitos de cidadania nas democracias modernas e o Estado,  
11 convertido em seu guardião e fiador. No exercício dessa responsabilidade, governos não podem desconsiderar  
12 indicadores financeiros, mas não devem esquecer sua função meramente indiciária, não os confundindo com os  
13 objetivos finais da ação pública. A pergunta companheira do governante é sempre: que margem de liberdade tenho  
14 eu para cumprir os objetivos que me foram delegados? Para o governante imaginativo de Maquiavel, aquele que  
15 passava a perna na sorte, a pergunta é ainda mais comprometedora: que margem de liberdade tenho para expandir  
16 as margens de liberdade para cumprir os objetivos que me foram atribuídos?

17 Felizmente, não é preciso contar exclusivamente com a inventividade do governante. Há o exemplo.  
18 Sabe-se pela experiência histórica internacional e mesmo por experimentos nacionais recentes que a política social  
19 tem parte com a sua viabilidade financeira. E mais: não apenas ela se paga como é capaz de catapultar países para  
20 patamares elevados de desenvolvimento. Essa, por exemplo, é boa parte da história do desenvolvimento de países  
21 europeus, virtualmente destruídos no pós-guerra. Mas é também parte da história do arranque de economias  
22 periféricas no mesmo período. Desenvolvimento tem aspectos muito variados de economia política: envolve  
23 padrões de produção (que bens produzir) e de consumo (qual a divisão consumo público-consumo privado, que  
24 diferentes itens de consumo), de distribuição (instituições que regulam a distribuição dos frutos entre diferentes  
25 agentes econômicos) e redistribuição (divisão público-privado da propriedade da riqueza, redistribuição no âmbito  
26 da esfera privada, via tributação e transferências/subsídios). A política social incide sobre boa parte deles, o que  
27 nem sempre é notado.

28 Para nos atermos ao caso brasileiro, o surto de crescimento dos últimos anos decorreu de expansão do  
29 consumo doméstico de massas e esse foi em boa parte impulsionado pela política social, com intervenções como  
30 valorização do salário mínimo e transferências governamentais de renda. Ou seja, a política social ao contribuir  
31 para o incremento do produto acabou por contribuir para a sua viabilidade financeira. Contudo, uma análise  
32 detalhada dos itens da demanda nos quais se decompõem o crescimento do produto revela que o consumo público  
33 como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe  
34 do crescimento. Ora, o consumo público não é ganância do governo, mas, essencialmente, gasto social: com  
35 educação, saúde, merenda escolar, cultura, e tantos outros serviços que o governo entrega para a cidadania,  
36 também chamados de bens públicos de consumo individual (diferentemente da defesa ou da administração da  
37 justiça, que são bens públicos de consumo coletivo). Essa parece a aposta ainda a fazer: satisfazer necessidades  
38 sociais de um modo que expanda os recursos para isso. É uma lógica de investimento ainda pouco difundida no  
39 debate público brasileiro.



40 Considere o déficit evidente que há na oferta de serviços sociais públicos como educação e saúde. O  
41 Anuário Brasileiro de Educação Básica (2013) estimava em um quarto de milhão o déficit de professores no  
42 ensino fundamental e médio, com os níveis atuais de cobertura. A expansão dessa cobertura para os patamares do  
43 II Plano Nacional de Educação permite prever déficit ainda maior. Um estudo do Banco Mundial citado nesse  
44 relatório estimava em quase dois milhões a demanda ainda não atendida por vagas em creches no Brasil, o que  
45 multiplica esse déficit por pelo menos dois. O exemplo da educação facilmente se estenderia à saúde, onde o  
46 déficit de pessoal é evidente, e a várias outras áreas incluídas na rubrica de bens públicos sociais. O crescimento  
47 do produto e da renda puxado por esses bens teria efeitos não apenas sobre o crescimento-com-atendimento-de-  
48 necessidades-sociais, mas também sobre a qualidade da força de trabalho e as possibilidades de realização dos  
49 cidadãos. Para ficarmos nos efeitos econômicos apenas, curiosamente se usa a terminologia capital humano para  
50 se referir ao acúmulo rentabilizável de conhecimentos e capacidades nas pessoas, mas se rejeita ou se negligencia  
51 a óbvia dimensão de investimento que deveria vir associada aos meios de expansão de conhecimentos e  
52 capacidades humanas, como são a educação e a saúde. Uma associação bastante evidente é entre esse tipo de  
53 investimento e a capacidade para inovação, de que nos dá exemplo a experiência de países do norte da Europa e  
54 do leste da Ásia.

55 Em conjuntura adversa e tendo em mente o princípio da viabilidade, isto é, como financiar o  
56 investimento social (que complementaria o esforço de redistribuição feito em década recente), não há como  
57 escapar da questão tributária. O tamanho da redistribuição necessária para a universalização de bens sociais  
58 públicos, que de quebra nos traga uma perspectiva de crescimento sustentado com baixos patamares de  
59 desigualdade, há de requerer um esforço tributário maior que o que temos, e com níveis de progressividade  
60 substancialmente maiores, essa, uma mudança estrutural de primeira monta. Sabidamente, nossa tributação é uma  
61 das menos progressivas do mundo: o imposto de renda tem participação minoritária na carga (em comparação  
62 com os regressivos impostos indiretos) e sobre ele incide a mais baixa alíquota máxima do mundo (10 pontos  
63 abaixo da americana, 7,5 pontos abaixo da chilena e vai por aí afora), não temos imposto sobre grandes fortunas  
64 e o imposto sobre herança é desprezível (4% no país, contra 40% no Reino Unido), o IPTU não tem  
65 progressividade e o ITR não é efetivo, não temos tributação sobre lucros e dividendos e nos tornamos o país dos  
66 CNPJ, o que reduz a base do nosso único imposto progressivo. Financiamos nossa política social com tributos  
67 regressivos e usamos o argumento do tamanho da carga tributária como escudo para blindar os altos ganhos contra  
68 o que seria sua justa contribuição.

69 De todo modo, inadmissível fazer o ajuste fiscal incidir sobre o gasto social, educação em especial. No  
70 pior da crise, os países da OCDE aumentaram o gasto social como proporção do PIB e protegeram seus sistemas  
71 educacionais contra assaltos fiscalistas: com raras exceções, os gastos em educação seguiram aumentando. É hora  
72 de aproveitar da crise anunciada para uma virada na estrutura de financiamento dos direitos sociais e rumo ao  
73 investimento social.

POR: Por Celia Lessa Kerstenetzky

FONTE: <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/A-utopia-neoliberal-o-capitalismo-contra-a-democracia>

1



- 01)** Constitui uma informação com respaldo no texto a explicitada na alternativa
- (A) Em qualquer das vertentes explicativas para a austeridade, o que se quer enfatizar é a ausência de mecanismos institucionais eficientes, que reflitam o reconhecimento dos direitos sociais a partir de uma melhor distribuição dos bens públicos com o fim de minimizar a desigualdade social.
- (B) Os países da Europa que optaram por preservar e/ou fortalecer suas políticas sociais de caráter universal não só foram capazes de mitigar os efeitos de crises como retomaram o crescimento econômico, não ocorrendo o mesmo com outros países.
- (C) O atual tempo aponta para o desafio do cumprimento de metas fiscais rigorosas para que se obtenha redução de desigualdades sociais.
- (D) A adoção da prática de cobrança de tributos progressivos tem minimizado o avanço das desigualdades sociais.
- 02)** Quanto à linguagem do texto, é correto afirmar:
- (A) Apresenta-se articulada com os acontecimentos, mas de forma invariavelmente linear.
- (B) Foi usada para explicar a si mesma, na tentativa de tornar evidente a significação de vários termos.
- (C) É marcada pela objetividade, uma vez que inexistente a participação da enunciadora do discurso nos acontecimentos.
- (D) É referencial, uma vez que o objetivo da articulista é também informar sobre a necessidade de um crescimento sustentado com índice pequeno de desigualdade.
- 03)** Há correspondência modo-temporal entre a forma verbal composta “tem sido” (L.1) e a simples
- (A) foi
- (B) fosse
- (C) é
- (D) era
- 04)** Considerando-se o contexto, há correspondência entre o trecho citado e o que dele se afirma na alternativa
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), de acordo com o novo acordo ortográfico vigente no Brasil, é opcional o acento no ditongo *oi* da sílaba tônica por ser palavra paroxítona, diferenciando-se da palavra *herói*, na qual é obrigatório o uso do acento.
- (B) “mundanos em favor de prazeres espirituais” (L.4) estabelece o limite entre duas esferas sociais antagônicas.
- (C) “mesmo” (L.18) e “mesmo” (L.22) expressam valores semânticos iguais.
- (D) “Ou seja” (L.30) expressa retificação.
- 05)** Há predicado verbal na oração da alternativa
- (A) “Esse tem sido o tom do debate público nacional.” (L.1).
- (B) “esse foi em boa parte impulsionado pela política social” (L.29).
- (C) “o consumo público não é ganância do governo” (L.34).
- (D) “o ITR não é efetivo” (L.65).
- 06)** Exerce a mesma função sintática do termo “terminologia” (L.49) a expressão
- (A) “ato” (L.1).
- (B) “objetivos” (L.14).
- (C) “parte” (L.26).
- (D) “tributação” (L.60).
- 07)** No que se refere aos recursos da língua usados no texto, está correto o que se afirma em
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), o “h” não representa uma consoante brasileira.
- (B) O pronome “se”, em “ela se paga” (L.19), indica flexibilidade, assim como em “Sabe-se” (L.18).
- (C) “isto é” (L.55) é um elemento de coesão textual que introduz, no contexto, uma retificação.
- (D) “da crise” (L.72) sintaticamente desempenha a mesma função de “da questão tributária” (L.57).



**08)** O verbo é uma importante marca linguística do discurso, que expressa diferentes ideias e, através de suas flexões, informa voz, pessoa, modo, tempo e número em que está sendo usado, além de outra categoria: o aspecto.

A partir dessa informação, está correto o que se afirma sobre a forma verbal transcrita em

- (A) “permite prever” (L.43) é uma locução verbal que faz parte de uma oração optativa.
- (B) “estimava” (L.44) expressa uma ação habitual no passado.
- (C) “teria” (L.47) indica a certeza de fato passado mediante certa condição.
- (D) “são” (L.52) está no plural, concordando com “conhecimentos e capacidades” (L.50).

**09)** Marque a alternativa que contém a afirmação correta sobre a correlação existente entre o termo transcrito e o que se afirma dele.

- (A) “delegados” (L.14), no contexto, funciona como adjetivo com flexão de gênero masculino e flexão de número plural.
- (B) A expressão “exemplo” (L.17) mudará de função sintática caso haja a substituição dessa forma verbal pela sua correlata *existe*, por exemplo, *existe o exemplo*.
- (C) “quase” (L.44) expressa ideia de inclusão.
- (D) “onde” (L.45), pode ser trocado por “que” sem prejuízo de natureza gramatical.

**10)** A base primária de formação das palavras “automortificação” (L.5) e “redistribuição” (L.25), respectivamente, é

- (A) Adjetivo e substantivo.
- (B) Substantivo e substantivo.
- (C) Adjetivo e verbo.
- (D) Substantivo e verbo.

**11)** Há ocorrência de ditongo, dígrafo, hiato e encontro consonantal, respectivamente, em

- (A) “foram” (L.10) “mundanos” (L.4) – “caos” (L.1) – “prazeres” (L.6).
- (B) “caos” (L.1) – “chave” (L.7) – “países” (L.20) – “renda” (L.47).
- (C) “médio” (L.42) – “massas” (L.29) – “aí” (L.63) – “incidir” (L.69).
- (D) “período” (L.22) – “máxima” (L.62) – “saúde” (L.45) – “sistemas” (L.70).

**12)** Exerce a mesma função de “de vida” (L.4) a expressão

- (A) “do governante” (L.13).
- (B) “do consumo” (L.28/29).
- (C) “de renda” (L.61).
- (D) “dos direitos sociais” (L.72).

**13)** Quanto aos recursos linguísticos usados no texto, é correto o que se afirma em

- (A) “Sabe-se” (L.18) é uma forma verbal que se apresenta na mesma voz que “quando se refere a formas de vida” (L.4).
- (B) “o”, em “Há o exemplo” (L.17) e “o”, em “o que multiplica esse déficit por pelo menos dois” (L.44/45), pertencem a classes morfológicas distintas.
- (C) “que” e “que”, em “que o consumo público como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe do crescimento” (L.32/34), são, do ponto de vista morfológico, iguais.
- (D) “pagar” (L.19) apresenta-se com a mesma regência (predicação) que “traga” (L.58).



14)

“Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica.” (L.6/7).

No período acima,

- (A) evidencia-se uma conformidade.
- (B) determina-se uma causa.
- (C) há uma concessão.
- (D) estabelece-se uma condição.

**A QUESTÃO 15 ESTÁ  
RELACIONADA AO TEXTO ABAIXO**

**TEXTO**



15) Nessa peça publicitária, a única afirmativa **sem comprovação no texto** é a de que há

- (A) descompromisso com a associação dos objetivos do negócio à responsabilidade socioambiental.
- (B) consciência de o mínimo na natureza pode acarretar consequências proporcionalmente elevadas.
- (C) preocupação com a natureza.
- (D) certeza de que é preciso fazer algo em prol do desenvolvimento sustentável.



## INFORMÁTICA

## QUESTÕES DE 16 A 20

- 16)** Dentro da infraestrutura física da internet, um roteador é:
- (A) Um equipamento usado para conectar diferentes redes de computadores entre si.
- (B) Uma barreira de proteção, que controla o tráfego de dados entre seu computador e a Internet (ou entre a rede onde seu computador está instalado e a Internet).
- (C) Um dispositivo eletrônico que modula um sinal digital em uma onda analógica, para ser transmitido pela linha telefônica, e que na outra extremidade demodula e extrai do sinal analógico a informação para o formato digital original
- (D) Um equipamento que se destina a interligar diversos computadores em uma rede.
- 17)** Assinale a alternativa que se refere a um endereço de e-mail inválido:
- (A) novo.santo.antonio@gmail.com
- (B) novosantoantonio@checkou.gmail.com
- (C) novosantoantonio\_@gmail.com
- (D) novo\_santoantonio@gmail.com
- 18)** A Lixeira é uma pasta especial do Windows 8 que pode ser acessada através de seu ícone na área de trabalho ou no Explorador de Arquivos. Em relação a pasta lixeira no Windows 8, não é correto afirmar que:
- (A) Não é possível abrir arquivos que estão na Lixeira.
- (B) Um arquivo que foi excluído para a Lixeira, não ocupa espaço no disco rígido.
- (C) É possível restaurar arquivos e pastas da Lixeira para qualquer outro local usando “Recortar / Colar” ou arrastando-os.
- (D) Ao excluir arquivo de forma que a capacidade de armazenamento atual da lixeira seja excedida, ela eliminará os mais antigos para liberar espaço e, assim, armazenar o atual.

- 19)** Dentre as mensagens de erro que são exibidas nas fórmulas do Excel, assinale a alternativa que se refere ao tipo de erro descrito abaixo:

Este erro ocorre quando um valor não está disponível para a função ou fórmula. Estes erros ocorrem mais frequentemente com o resultado de uma função de busca como PROCV, PROCH, ÍNDICE, CORRESP. Também pode ocorrer em uma fórmula matricial aonde faltam argumentos. Interessante observar que todas as funções que dependam desta função que está apresentando erro também terá o mesmo erro.

- (A) #NOME!
- (B) #REF!
- (C) #VALOR!
- (D) #N/D

- 20)** São extensões de arquivos que podem ser salvos no Microsoft Word, exceto:

- (A) .doc, .rtf, .xml.
- (B) .odt, .xps, .html.
- (C) .pdf, .docx, .odt.
- (D) .cdt, .rft, .txt.





## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## QUESTÕES DE 21 A 40

**21)** Sobre a Competência Tributária, o Código Tributário Nacional estabelece que:

- (A) A competência tributária é delegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra
- (B) A competência tributária é indelegável, incluindo a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra
- (C) A competência tributária pode ser indelegável ou delegável. A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra que sempre será indelegável.
- (D) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

**22)** Analise as três características de um imposto apresentadas a seguir:

- I. O imposto é de competência dos Municípios.
- II. Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- III. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

As três características acima pertencem ao seguinte imposto:

- (A) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos.
- (B) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
- (C) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- (D) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

**23)** A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Este tributo pode ser instituído:

- (A) apenas pelos Municípios.
- (B) apenas pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios.
- (C) exclusivamente pela União.
- (D) pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

**24)** Conforme as disposições do Código Tributário Nacional sobre as normas de direito tributário, é correto afirmar que:

- (A) As convenções internacionais não revogam ou modificam a legislação tributária interna.
- (B) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos.
- (C) Somente decreto legislativo pode estabelecer a instituição de tributos, ou a sua extinção.
- (D) Não equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.



**25)** De acordo com o Código Tributário Nacional, salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor:

- (A) na data da sua publicação.
- (B) 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- (C) na data neles prevista.
- (D) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação.

**26)** Com base no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas abaixo sobre a Obrigação Tributária como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) Sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- ( ) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- ( ) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

A sequência correta corresponde a:

- (A) V V F.
- (B) F F V.
- (C) F V F.
- (D) V F V.

**27)** Sobre a Solidariedade, o Código Tributário Nacional estabelece que:

- (A) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- (B) Em regra, a solidariedade comporta benefício de ordem.

(C) Salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.

(D) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, em nenhuma hipótese favorece ou prejudica aos demais.

**28)** Em relação à Suspensão do Crédito Tributário e com base nas disposições do Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar que:

(A) O depósito do seu montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário.

(B) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

(C) A concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

(D) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

**29)** Com base nas disposições sobre o pagamento do crédito tributário contidas no Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar que:

(A) O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

(B) Quando parcial, o pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.

(C) A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

(D) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre na mesma data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.



**30)** Analise os dois princípios constitucionais tributários descritos abaixo:

- I. Não se pode cobrar tributo relativo a situações ocorridas antes do início da vigência da lei que as tenha definido, ou seja, a lei sempre se aplicará a fatos geradores ocorridos após o início da sua vigência.
- II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

Representam os dois princípios descritos acima, respectivamente:

- (A) Anterioridade e Capacidade Tributária.
- (B) Irretroatividade e Legalidade.
- (C) Isonomia tributária e Irretroatividade.
- (D) Capacidade Tributária e Anterioridade.

**31)** Com base no Código Tributário Nacional, sobre a competência tributária, analise a afirmativa abaixo e assinale a alternativa que apresenta as palavras que completam corretamente as lacunas, respectivamente:

“\_\_\_\_\_ delegação de competência o cometimento, a pessoas de \_\_\_\_\_, do encargo ou da função de \_\_\_\_\_ tributos.”

- (A) Constitui / direito público/ instituir.
- (B) Não constitui / direito privado / arrecadar.
- (C) Não constitui/ direito público/ instituir.
- (D) Constitui/ direito privado/ arrecadar.

**32)** Sobre as normas gerais de direito tributário, analise as afirmativas abaixo:

- I. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- II. Não equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.
- III. Somente a lei pode estabelecer a instituição de tributos, ou a sua extinção.

O número de afirmativas corretas é:

- (A) Zero.
- (B) Uma.
- (C) Duas.
- (D) Três.

**33)** Os dispositivos de lei que definem novas hipóteses de incidência referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda, entram em vigor:

- (A) imediatamente.
- (B) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação.
- (C) noventa dias após a sua publicação.
- (D) trinta dias após a sua publicação, caso a lei não disponha em contrário.

**34)** Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- (A) Equidade/ Analogia/ Princípios gerais de direito tributário/ Princípios gerais de direito público
- (B) Princípios gerais de direito público/ Equidade/ Analogia/ Princípios gerais de direito tributário.
- (C) Princípios gerais de direito tributário/ Princípios gerais de direito público/ Equidade/ Analogia.
- (D) Analogia/ Princípios gerais de direito tributário/ Princípios gerais de direito público/ Equidade.

**35)** De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, sobre a responsabilidade dos sucessores, analise as afirmativas abaixo:

- I. São pessoalmente responsáveis o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- II. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.



Após a análise das afirmativas é correto afirmar que:

- (A) as duas afirmativas são falsas.
- (B) a primeira afirmativa é verdadeira e a segunda afirmativa é falsa.
- (C) as duas afirmativas são verdadeiras.
- (D) a primeira afirmativa é falsa e a segunda afirmativa é verdadeira.

**36)** A isenção é uma das modalidades de extinção do crédito tributário estabelecida no Código Tributário Nacional.

Sobre o assunto, analise os itens apresentados abaixo:

- I. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- II. A isenção às taxas e às contribuições de melhoria.
- III. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Estão corretos:

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas II e III.
- (C) apenas I e III.
- (D) I, II e III.

**37)** Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo e marque Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- ( ) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- ( ) É opcional a indicação da quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos no termo de inscrição da dívida ativa.

- ( ) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, entretanto, não tem o efeito de prova pré-constituída.

A sequência correta é:

- (A) F V V.
- (B) V F V.
- (C) F V F.
- (D) V F F.

**38)** O imposto, de competência da União, que tem como fato gerador a entrada de produtos estrangeiros no território nacional é denominado de:

- (A) Imposto sobre a importação.
- (B) Imposto sobre grandes fortunas.
- (C) Imposto extraordinário.
- (D) Imposto sobre a exportação.

**39)** O imposto sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, com localização fora da zona urbana do Município.

Este imposto é de competência:

- (A) dos Municípios.
- (B) dos Estados.
- (C) dos Estados e Municípios.
- (D) da União.

**40)** Os tributos que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição são:

- (A) as Taxas.
- (B) os impostos de competência da União.
- (C) as Contribuições de melhoria.
- (D) os impostos extraordinários.